



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
RUA JOÃO DIOGO, 288 - Bairro CAMPINA - CEP 66015902 - Belém - PA

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

(CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS)

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 9º, inciso I da IN 58/2022).

1.1. Descrição da demanda

1.1. Suprir as Zonas Eleitorais do Estado com postos de trabalho temporários para apoio operacional na realização das Eleições Gerais de 2026.

1.2. Motivo/Justificativa da Contratação

1.2.1. Para as Eleições de 2026 no Pará, a logística envolverá **101 (cento e uma) Zonas Eleitorais** e cerca de **21.600 (vinte e um mil e seiscentas) seções eleitorais**. Com exceção das agregações, cada seção demanda uma urna eletrônica exclusiva, que passará por processos de preparação, lacração, transporte, operação e totalização de votos.

1.2.2. Além das urnas de seção, devem ser preparadas também as urnas eletrônicas de contingência, em número aproximado de **3.500 (três mil e quinhentos)**, distribuídas por todas as Zonas Eleitorais do Estado.

1.2.3. Agregado a este trabalho preparatório, ainda é necessário garantir o eficiente suporte a todas as seções eleitorais do Estado do Pará no dia das eleições, em primeiro e segundo turno (se houver).

1.2.4. Finalmente, ao final da votação e encerramento da urna eletrônica, com a emissão dos boletins de urna, é necessário também garantir que os locais de difícil acesso do Estado estejam providos de técnicos que realizarão a transmissão dos resultados.

1.2.5. Surge, então, a necessidade da contratação deste serviço, essencial à realização das eleições, que consiste na alocação de postos de trabalho, de apoio administrativo, nas 101 (cento e uma) Zonas Eleitorais do Estado do Pará, em número variável, totalizando **879 (oitocentos e setenta e nove) técnicos de eleição**, a serem distribuídos nas zonas de acordo com as memórias de cálculo a serem detalhadas nos artefatos de contratação.

1.2.6. Além disso, o serviço em tela não se restringe somente à preparação das urnas e suporte às seções, uma vez que, no ano eleitoral, uma série de novas rotinas operacionais se iniciam nas Zonas Eleitorais por ocasião do Pleito, sendo que todas essas rotinas poderão ser atribuídas aos técnicos contratados, por exemplo:

- apoio na convocação e treinamento aos mesários;
- apoio à gestão da distribuição das urnas eletrônicas;
- levantamento da infraestrutura dos locais de votação;
- mapeamentos em locais de votação com o uso do sistema GEL;
- testes em computadores com os sistemas em fase simulado;
- participação nos simulados de eleições para homologação dos sistemas;
- oficialização dos sistemas eleitorais;

- geração de mídias;
- preparação de urnas e cargas em baterias;
- apoio nas cerimônias de geração e de preparação;
- operações em computadores com os sistemas em fase de produção;
- suporte nas seções eleitorais;
- substituição de urnas com defeito antes e durante a votação;
- suporte em pontos de transmissão via satélite ou JE-Connect;
- suporte em municípios termo;
- apoio à juntas apuradoras, podendo ainda operar os sistemas RED (Recuperador de Dados) e SA (Sistema de Apuração);
- transmissão dos arquivos das urnas eletrônicas após a votação;
- demais atividades operacionais e administrativas próprias do período eleitoral.

1.2.7. Trata-se de um volume de trabalho atípico comparado com a rotina das Zonas Eleitorais, e que não pode ser absorvido pelo quadro de servidores, tanto pelo o quantitativo de mesários, seções e urnas (e o consequente volume de tarefas adicionais e repetitivas geradas no período eleitoral) quanto pelo envolvimento dos servidores em outras atividades especializadas relativas ao pleito, bem como no gerenciamento administrativo dos cartórios.

1.2.8 Objetivo:

1.2.8.1 Garantir apoio técnico às Zonas Eleitorais do Estado durante o período eleitoral, por meio da execução de atividades operacionais e de suporte, com ênfase na transmissão de dados via satélite e em outras demandas próprias do processo eleitoral, de modo a ampliar a disponibilidade dos servidores efetivos do TRE-PA para o desempenho de atribuições finalísticas, tais como a organização de materiais, a convocação e o treinamento de mesários, a fiscalização da propaganda eleitoral, a movimentação processual e demais atividades essenciais à realização das eleições.

1.2.9 Resultados pretendidos/benefícios

- Cumprir as metas de apuração dentro dos padrões de segurança exigidos;
- Maior eficiência na execução dos serviços;
- Garantir a melhor gestão dos recursos de pessoal dentro das Zonas Eleitorais;
- Disponibilidade dos servidores do quadro para atividades-fim da Zona Eleitoral;
- Garantir o suporte às seções eleitorais no dia das Eleições;
- Permitir a transmissão imediata de resultados em locais de difícil acesso, após encerramento da votação.

1.3 Análise da contratação anterior ou a série histórica, se houver.

1.3.1. A contratação de técnicos de eleição é caracterizada especialmente pelo seu grande porte e complexidade, com alto número de postos temporários contratados e mobilizados em um curto espaço de tempo por todo o território estadual. Agrega-se ainda a este gerenciamento de mão de obra a responsabilidade de organizar o treinamento presencial de parte dos técnicos em três municípios polos.

1.3.2. Diante dessas características, trata-se de um contrato de relativa dificuldade de execução.

1.3.3. O histórico da contratação é elencado a seguir:

- Contratação de Técnicos de urna 2024 - 0007035-68.2023.6.14.8000
- Contratação de Técnicos de satélite 2024 - 0007609-91.2023.6.14.8000
- Contratação de Técnicos de urna 2022 - 0010996-85.2021.6.14.8000 (Criação da figura dos TUs com início antecipado em julho, que será mantida na solução aplicada em 2024).

- Contratação de Técnicos de urna 2020 - 0011640-96.2019.6.14.8000 (Foi separado o contrato de TUs ZEs do contrato TU STI).
- Contratação de Técnicos de urna 2018 - 0013392-74.2017.6.14.8000 (ainda era unificado o contrato TUs ZEs e TU STI).

1.3.4. Relevante trazer no histórico também as informações sobre **pagamentos diretos efetuados nestes contratos**, o que mostra a necessidade de um planejamento que evite ao máximo essas ocorrências, que acabam onerando o Tribunal como um todo, exatamente no meio da eleição.

- Eleições 2016 - Pagamento direto a TUS e TSAT do contrato 59/2016.
- Eleições 2022 - Pagamento direto aos TUS do contrato 49/2020.
- Eleições 2024 - Pagamento direto aos TSAT Contrato 97/2024.

1.3.5. Como a obrigação de pagar o salários vai até o 5º dia útil do mês, sendo que o primeiro turno ocorre no 1º domingo do mês de outubro, essas datas quase coincidentes (5º dia útil do mês e 1º domingo do mês) acabam colocando pressão na empresa e na fiscalização, pois o atraso de pagamento de qualquer verba sujeita o Tribunal a ameaças de paralisação dos técnicos.

1.3.6. As situações descritas visam a demonstrar a necessidade de seleção criteriosa de fornecedores, mediante a adoção de requisitos de habilitação mais rigorosos, aptos a assegurar a contratação de empresas qualificadas para a execução do objeto contratual. Tal imperativo fundamenta-se nas evidências apresentadas no item 1.3.3 deste documento, notadamente em razão da recorrência de pagamentos diretos **verificada no âmbito deste mesmo contrato**.

1.3.7. O histórico demonstra que a ausência de capital de giro das empresas, constatada em contratações anteriores, aumentam exponencialmente os riscos de inadimplemento trabalhista e a sobrecarga desnecessária a que submete-se este Tribunal, de forma que as medidas preventivas propostas, especialmente: qualificação econômico-financeira robusta, conta-depósito vinculada, garantia contratual, condicionamento do pagamento, pagamento direto em caso de inadimplemento e controle por ordem de serviço são proteções tanto ao Tribunal quanto aos trabalhadores contra empresas aventureiras e descompromissadas com o efetivo resultado da eleição.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso II da IN 58/2022).

2.1. Natureza do objeto

2.1.1. O objeto da contratação é considerado comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante as especificações usuais do mercado.

2.1.2. Trata-se de uma demanda momentânea, por prazo determinado, mas imprescindível para a consecução das demais atividades diretamente ligadas ao pleito 2026.

2.1.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n.º 9.507/2018 e IN SEGES/MP nº 05/2017, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

2.2. Necessidade continuada ou não do serviço

() SIM (X) NÃO

2.2.1. Vigência plurianual

☐ SIM, conforme justificativa abaixo. ☒ NÃO

Justificativa: A demanda é vinculada exclusivamente ao calendário eleitoral de 2026 encerrando após a realização do 1º turno ou do 2º turno, este último se houver.

2.3. Regime de Execução

☒ Empreitada por preço global

2.3.1 A modalidade de empreitada por preço global é compatível com esta contratação, uma vez que envolve um projeto integral, com quantitativos detalhados e confiáveis, margem de erro reduzida e um orçamento estimado com elevada precisão. Os pagamentos serão realizados conforme a conclusão das etapas estabelecidas no cronograma de execução dos serviços, o que obriga a contratada a cumprir os prazos previamente definidos, uma vez que os valores só serão liberados após a finalização de cada etapa.

2.4. Adoção da sistemática do registro de preços:

2.4.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP? Caso positivo, justificar.

☐ Sim ☒ Não

2.4.1. Não cabe, no presente caso, em nenhuma hipótese do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

2.5. Admissão ou não de subcontratação do objeto contratual

☐ SIM ☒ NÃO

2.5.1. Não será admitida a subcontratação, parcial ou total, do objeto contratual.

2.6. Garantia de execução contratual

☒ SIM ☐ NÃO

2.6.1 Considerando o grande número de postos de trabalho, o alto valor contratual e o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com riscos de inadimplemento de obrigações trabalhistas e sociais e a possibilidade de responsabilização subsidiária da Administração, será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato e nas condições descritas as cláusulas do termo de contrato, a fim de assegurar o integral cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

2.6.2. O termo de contrato definirá as cláusulas de garantia de execução da contratação, de acordo com o modelo padronizado e disposições normativas.

2.7. Requisitos de capacitação

☐ SIM ☒ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

2.7.1. Não se constata a necessidade de capacitação específica do gestor e dos fiscais do contrato para esta contratação, considerando a experiência do setor em gerir contratos de natureza similar.

2.8. Requisitos legais

☒ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

2.8.1. O processo de contratação deve estar aderente à seguinte legislação, sem prejuízo de outras normas aplicáveis:

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e da outras providências;
- Decreto 12.174, de 11 de setembro 2024 - Dispõe sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 - que dispõe sobre a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares para aquisição de bens e contratação de serviços e obras, e sobre o Sistema de ETP digital.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 - que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 - que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 5, de 26 de maio de 2017 (Atualizada) que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Resolução TSE nº 23.702, de 9 de junho de 2022 - que dispõe sobre a política de governança das contratações na Justiça Eleitoral e dá outras providências.
- Resolução CNJ nº 400, de 16 de junho de 2021 - que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.
- Portaria nº 23082/2024 TRE/PRE/GABPRE - Dispõe sobre a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.
- Portaria TRE/PA n. 22.282/2023 - Institui o Código de Ética para a área de contratações.
- Resolução CNJ nº 651 de 29/09/2025 - Dispõe sobre a retenção de provisões para encargos trabalhistas, previdenciários e demais garantias em contratações administrativas com dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito do Poder Judiciário, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.9. Requisitos temporais

2.9.1. Os profissionais a serem contratados irão atuar nos seguintes períodos:

- Coordenadores: 15/06/2026 a 31/10/2026 ou até 27/11/2026 (caso ocorra segundo turno);
- Técnicos: 13/07/2026 a 09/10/2026 ou até 30/10/2026 (caso ocorra segundo turno) ;

2.9.2. O prazo de *vigência da contratação* é até **31 de dezembro de 2026**, contado da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.9.3. **O detalhamento dos profissionais e dos períodos de contratação** será feito no item 5, "Estimativa das quantidades a serem contratadas".

2.9.4. Da Condição Resolutiva para o 2º Turno:

2.9.4.1. A execução dos serviços e o respectivo pagamento relativos ao período do segundo turno ficam **estritamente condicionados à efetiva ocorrência de 2º Turno** nas Eleições Gerais de 2026.

2.9.4.2. Caso não haja 2º turno, o contrato será considerado automaticamente encerrado após o período do 1º turno, sem que caiba à CONTRATADA qualquer indenização, multa ou pagamento pelos dias/postos não utilizados, tendo em vista a natureza indeterminada deste evento, de pleno conhecimento das partes desde a licitação.

- Não ocorrendo 2º turno, **todos** os Coordenadores terão o contrato encerrado no dia 31/10/2026;

- Não ocorrendo 2º turno, **todos** os técnicos terão o contrato encerrado no dia 09/10/2026;

2.10. Vistoria Técnica

() SIM (X) NÃO () NÃO SE APLICA

2.10.1. Por se tratar de um serviço a ser executado nas 101 diferentes zonas eleitorais de todo o Estado do Pará, a realização de vistoria é inviável e, portanto, não será exigida.

2.11. Critérios e práticas de sustentabilidade

(X) SIM () NÃO () NÃO SE APLICA

2.11.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos, no que for aplicável, os seguintes requisitos, que se baseiam na legislação ambiental, na Lei nº 12.305, de 2010, na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, no ***Plano de Logística Sustentável do TRE/PA*** e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União:

- a) Adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;
- b) Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da CF/1988;
- c) Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.
- d) Orientar seus funcionários a adotarem práticas de consumo consciente de recursos (energia, água, papel) e a realizarem a correta separação de resíduos para a coleta seletiva do Tribunal.

2.11.2. Durante todo o processo de contratação deverão ser adotadas práticas que busquem equilíbrio entre sustentabilidade, economicidade e competitividade, além de uma avaliação de custos e benefícios com planejamento a longo prazo, subordinando a eficiência à eficácia.

2.11.3. A contratada deverá conhecer e fazer cumprir as normas de conduta previstas no código de ética e conduta do TRE/PA, bem como sobre a necessidade de observância da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação adotada no âmbito deste Tribunal.

2.12. Considerações sobre a possibilidade de participação de consórcio na licitação

(X) SIM () NÃO () NÃO SE APLICA

2.12.1. Considerando o volume de mão de obra e o valor da contratação, será admitida a participação de consórcio de empresas, desde que observadas as disposições do art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e as regras específicas de habilitação previstas no TR e no edital.

2.13. Considerações sobre a possibilidade de participação de cooperativa na licitação

() SIM (X) NÃO () NÃO SE APLICA

2.13.1. Não será admitida a participação de sociedades cooperativas, haja vista a vedação contida no enunciado da Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União e no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

2.14. Considerações sobre a possibilidade de participação de Pessoa física

() SIM (X) NÃO () NÃO SE APLICA

2.14.1. Não será permitida a participação de pessoas físicas, pois a presente contratação exige estrutura mínima da contratada, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física (art. 4º da IN SEGES /ME nº 116/2021).

2.15. Manifestação quanto à possibilidade de reserva de vagas para participação de egressos do sistema prisional na execução do contrato

2.15.1. No que se refere à participação de egressos do sistema prisional, em conformidade com a Resolução CNJ nº 307/2019 e com a Resolução TRE/PA nº 5.434/2018, a equipe de planejamento da contratação manifesta-se pela inviabilidade de previsão de reserva de vagas na execução do contrato.

2.15.2. A decisão fundamenta-se no fato de que os colaboradores vinculados ao contrato poderão ter acesso a informações sensíveis e confidenciais constantes do Cadastro Nacional de Eleitores, por meio do sistema ELO, ou de sistemas que dele recebem dados no âmbito do processo eleitoral, como o GEDAI-UE.

Ainda que não haja acesso direto ao cadastro eleitoral em todas as atividades, funções como apoio à convocação e ao treinamento de mesários, bem como à geração de mídias, implicam contato relevante com dados eleitorais. Tal circunstância caracteriza atividade que, a priori, revela-se incompatível com a reserva pretendida, sobretudo em razão dos potenciais riscos à segurança da informação e dos possíveis questionamentos quanto à integridade e à proteção desses dados.

2.16. Manifestação quanto à possibilidade de reserva de vagas para pessoas em condição de vulnerabilidade (Resolução CNJ nº 497/2023 e do Decreto nº 11.430/2023).

2.16.1. Observa-se do art. 5º da Resolução CNJ nº 497/2023 e do art. 3º do Decreto nº 11.430/2023, que o programa prevê a reserva de vagas em contratos de prestação de serviços *continuados* com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

2.16.2. Considerando que a presente contratação é uma demanda temporária vinculada ao ciclo eleitoral de 2026, porém executada com dedicação exclusiva de mão de obra, mediante postos de trabalho, controle de jornada, fiscalização administrativa e obrigações trabalhistas próprias desse regime nos moldes exigidos pelos referidos normativos, a equipe de planejamento manifesta-se pela não aplicação do percentual de reserva.

2.16.3. Não obstante, registra-se que, em razão das características próprias da contratação, verifica-se historicamente significativa participação feminina na execução do objeto, alcançando aproximadamente 40% do total de postos de trabalho.

2.17. Manifestação quanto à possibilidade de reserva de vagas para mulheres (Resolução CNJ nº 255/2018)

2.17.1. De acordo com o art. 2º da Resolução CNJ nº 255/2018 (com as alterações promovidas pela Resolução CNJ nº 540/2023), os órgãos do Poder Judiciário observarão, sempre que possível, a participação equânime de homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, proporcionando a ocupação de, no mínimo, 50% de mulheres, em: (...) VI – contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, considerada cada função do contrato, ressalvados os editais em andamento.

2.17.2. Considerando o histórico das contratações anteriores, avalia-se que é viável atender a essa quota mínima de vagas para mulheres.

2.17.3. Para preenchimento das vagas reservadas, com perspectiva interseccional de raça e etnia, por mulher compreende-se mulher cisgênero, mulher transgênero e fluida.

2.18. Tratamento diferenciado para ME e EPP

2.18.1. O valor estimado da contratação supera o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) estabelecido para a licitação de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte. Ademais, não será aplicável a reserva de cota, por se tratar de objeto indivisível e cuja adjudicação por item se mostra técnica e

economicamente inviável. Fica, contudo, assegurado o direito de preferência no desempate, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

2.19. Justificativa dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira

2.19.1. Qualificação Técnica

2.19.1.1. A exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica visa comprovar que a licitante detém experiência prévia na gestão de contratos de terceirização de mão de obra com características semelhantes às deste objeto (apoio técnico/administrativo ou TI).

2.19.1.2. A justificativa para tais exigências baseia-se na **complexidade de gestão de recursos humanos** em um contrato com dedicação exclusiva. A contratada deverá demonstrar aptidão para gerenciar:

a) Logística e Assiduidade: Capacidade de manter postos de trabalho ativos e substituir faltas de imediato, evitando a descontinuidade de serviços críticos para a preparação das urnas e atendimento aos cartórios eleitorais.

b) Gestão de Pessoal: Expertise no cumprimento rigoroso das obrigações trabalhistas e previdenciárias, mitigando o risco de passivos trabalhistas e responsabilização subsidiária da Administração.

2.19.1.3. Quantitativos mínimos: Em consonância com o art. 67, § 1º e § 2º da Lei nº 14.133/2021, será exigida a comprovação de execução de serviços similares em quantitativos não superiores a 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância (neste caso, o número de postos), garantindo-se a competitividade sem abrir mão da segurança de que a empresa suporta o volume da demanda.

2.19.2. Qualificação Econômico-Financeira

2.19.2.1. Considerando que o objeto envolve a disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva, a higidez financeira da contratada é requisito fundamental para a segurança das Eleições 2026. Uma eventual falha no fluxo de caixa da empresa (atraso no pagamento de salários, vale-alimentação ou vale-transporte) poderia gerar insatisfação e consequentes greves ou paralisações em momentos críticos do calendário eleitoral.

2.19.2.2. Desta forma, justifica-se a exigência de:

a) Índices de Liquidez: Comprovação de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) maiores que 1,00; demonstrando capacidade de honrar compromissos a curto e a longo prazo.

b) Capital Social ou Patrimônio Líquido Mínimo: Exigência de capital social ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme faculta o art. 69, § 4º da Lei nº 14.133/2021. Esta exigência é indispensável para assegurar que a licitante possui arcabouço financeiro suficiente para iniciar a execução e manter os pagamentos dos colaboradores em dia, independentemente do trâmite administrativo de faturamento e pagamento por parte do Órgão.

c) Capital circulante líquido mínimo de 33,33% do valor estimado da contratação, considerando-se o curto período de execução contratual e o volume financeiro exigido nesta contratação, abordada nestes estudos, mitigando, pelo histórico do contrato em anos anteriores, atrasos em pagamento, processos de pagamento direto, ações trabalhistas e a proteção do correto pagamento aos contratados.

A justificativa técnica para este percentual (superior ao padrão de 16,66%) baseia-se ainda no fluxo financeiro atípico e concentrado desta contratação, que exige fôlego de caixa imediato da contratada para suportar simultaneamente: a volumosa folha salarial mensal concentrada no período eleitoral; o desembolso antecipado de diárias e passagens para as zonas de difícil acesso; o volume expressivo de horas extraordinárias (especialmente nos finais de semana de pleito); a logística, hospedagem e alimentação relativas ao nivelamento presencial nos polos; e os vales (alimentação e transporte) adicionais.

d) Declaração de Compromissos Assumidos: Exigência de declaração de compromissos assumidos, nos termos do art. 69, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, permitindo verificar se a licitante já comprometeu sua capacidade financeira e patrimonial com outros contratos vigentes.

2.19.2.3. Tais exigências não configuram restrição à competitividade, mas sim uma medida de **Gerenciamento de Riscos** proporcional à criticidade do pleito eleitoral, onde a interrupção do serviço por insolvência da contratada traria danos irreparáveis ao interesse público e à democracia.

2.20. Conta-depósito vinculada (Resolução Nº 651 de 29/09/2025)

(X) SIM () NÃO () NÃO SE APLICA

2.20.1. Como medida de mitigação de riscos e proteção aos direitos trabalhistas dos colaboradores, considerando o volume e as características atípicas da contratação, recomenda-se a adoção do mecanismo de retenção de provisões em **conta-depósito vinculada**. As rubricas e percentuais de retenção aplicáveis, bem como as regras para abertura, movimentação e liberação dos valores depositados, observarão estritamente o disposto no art. 121, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, na Instrução Normativa TRE-PA nº 4/2019 e na Resolução CNJ nº 651/2025, conforme detalhamento a ser estabelecido no Termo de Referência e no Edital.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso III da IN 58/2022).

3.1. Identificação das soluções disponíveis

3.1.1. Diante da demanda apresentada para a contratação de apoio técnico, a equipe de planejamento realizou uma busca criteriosa por soluções que atendessem às necessidades do órgão. Como resultado desse processo, foram identificadas duas possíveis abordagens vinculadas a contratação de serviços de apoio técnico mediante cessão de mão de obra:

3.1.1. Contratações Públicas similares identificadas e analisadas:

Local: Salvador/BA

Órgão: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Unidade compradora: 070013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I

Tipo: Edital

Modo de disputa: Aberto-Fechado

Registro de preço: Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 03/05/2024

Situação: Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 03/05/2024 08:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 21/05/2024 13:30 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 00509018000113-1-001097/2024

Fonte: Compras.gov.br

Objeto:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de apoio administrativo e operacional à realização das Eleições 2024, mediante alocação e gestão de postos de trabalho, abrangendo os postos de "Supervisor" e "Auxiliar Administrativo e Operacional (AAOP)", com atuação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia - TRE-BA, especificamente nos Cartórios Eleitorais, locais de armazenamento de urnas eletrônicas e locais de votação

Informação complementar:

O Edital está disponível no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site do Tribunal, no endereço www.tre-bajas.br Outras informações poderão ser obtidas por meio do telefone (71) 3373-7084 Para as respostas de esclarecimentos e impugnações deste edital acesse o link: https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/landing?destino=quadro-informativo&compra=07001305900192024

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 11.382.299,51	R\$ 9.899.745,02

Itens	Arquivos	Contratos/Empenhos	Histórico		
Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	Prestação de Serviços de Apoio Administrativo	1	R\$ 11.382.299,51	R\$ 11.382.299,51	🔗

<https://pncp.gov.br/app/editais/00509018000113/2024/1097>

Local: Porto Alegre/RS Órgão: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL Unidade compradora: 070021 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.D.O SUL

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I Tipo: Edital Modo de disputa: Aberto-Fechado Registro de preço: Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 24/05/2024 Situação: Divulgada no PNCP Data de início de recebimento de propostas: 13/06/2024 12:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 27/06/2024 14:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 00509018000113-1-001433/2024 Fonte: Compras.gov.br

Objeto:

Prestação de serviços, mediante alocação de postos de trabalho (Auxiliar de Eleição e Supervisor), para auxiliar as Zonas Eleitorais do Estado do Rio Grande do Sul nas atividades relacionadas à realização das Eleições Municipais de 2024.

Informação complementar:

O edital também está disponível no site www.tre-rs.jus.br. Para as respostas de esclarecimentos e impugnações deste edital acesse o link: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/landing?destino=quadro-informativo&compra=07002105900162024>

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 5.884.570,92	R\$ 5.325.733,00

Itens Arquivos Contratos/Empenhos Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	Prestação de Serviços de Apoio Administrativo	1	R\$ 5.884.570,92	R\$ 5.884.570,92	

<https://pncp.gov.br/app/editais/00509018000113/2024/1433>

Local: São Paulo/SP Órgão: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL Unidade compradora: 070018 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SAO PAULO

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I Tipo: Edital Modo de disputa: Aberto Registro de preço: Sim

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 17/06/2024 Situação: Divulgada no PNCP Data de início de recebimento de propostas: 17/06/2024 08:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 01/07/2024 13:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 00509018000113-1-001738/2024 Fonte: Compras.gov.br

Objeto:

Registro de Preços para contratação de serviços terceirizados de Assistente de Eleição

Informação complementar:

Para as respostas de esclarecimentos e impugnações deste edital acesse o link: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/landing?destino=quadro-informativo&compra=07001805900392024>

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 6.420.739,00	R\$ 5.927.961,00

Itens Arquivos Atas de Registro de Preço Contratos/Empenhos Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	Prestação de Serviços de Apoio Administrativo	1300	R\$ 4.939,03	R\$ 6.420.739,00	

<https://pncp.gov.br/app/editais/00509018000113/2024/1738>

3.1.1.2. Soluções técnicas disponíveis

Solução 1 - Postos de Trabalho Sem Dedicção Exclusiva de Mão de Obra: Nesta solução, não ocorre a alocação contínua de empregados da contratada nas dependências do órgão, nem há dedicação exclusiva. A execução das atividades contratadas ocorre apenas quando há demanda, geralmente relacionada a serviços de pronto atendimento.

Solução 2 - Postos de Trabalho Com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra: Nessa modalidade, os empregados da contratada são alocados para trabalhar de forma contínua nas dependências do órgão, com dedicação exclusiva. A execução dos serviços segue uma rotina específica estabelecida e é supervisionada pelo órgão ou entidade.

3.1.1.3. Potenciais fornecedores

a) A cessão de mão de obra é um dos contratos mais comuns na Administração Pública, sendo prestado por expressivo número de empresas em todo o território nacional.

3.2. Comparação das soluções

Solução 1 - Postos de Trabalho Sem Dedicção Exclusiva de Mão de Obra: Nesta solução, a execução das atividades ocorre sob demanda, o que significa que os serviços são prestados apenas quando solicitados. Essa abordagem pode ser adequada para serviços de pronto atendimento, porém, não proporciona uma presença constante da equipe da contratada nas instalações do órgão.

Solução 2 - Postos de Trabalho Com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra: Neste modelo, os funcionários da contratada trabalham de forma contínua nas dependências do órgão, com dedicação exclusiva. Isso implica em uma rotina específica e supervisão direta do órgão contratante. Essa solução oferece uma presença constante da equipe e permite uma melhor integração com as operações do órgão.

3.3. Solução mais vantajosa

3.3.1. Após uma análise aprofundada das alternativas disponíveis, levando em consideração os encargos associados a cada uma delas, chegamos à conclusão de que a solução mais apropriada é a contratação de serviços terceirizados de mão de obra com dedicação exclusiva e fornecimento de materiais para os postos de trabalho, com uma carga horária de 44 horas semanais.

3.3.2. Esta escolha se baseia em diversos fatores:

- Este modelo é amplamente reconhecido e recomendado pela IN 05/2017 SEGES/MPDG e IN 07/2018 – MPOG, além de ser utilizado com sucesso por outros órgãos da administração indireta.
- Essa abordagem atende às atuais exigências dos órgãos de controle, uma vez que permite a terceirização de serviços que não são atividade-fim da instituição.
- Os serviços serão contratados por unidade de serviço (posto), conforme diretrizes da Instrução Normativa nº 05 de 26 de maio de 2017, e serão pagos com base no custo mensal e global de serviço, incluindo todos os custos diretos e indiretos relacionados a materiais, equipamentos, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, tributos e demais despesas associadas à prestação do serviço.

3.3.3. Essa escolha não apenas atende às necessidades do órgão de forma eficaz, mas também garante transparência, eficiência e conformidade com as normativas aplicáveis. Portanto, a contratação de serviços terceirizados de mão de obra com dedicação exclusiva e fornecimento de materiais é a solução mais vantajosa e recomendada para a demanda apresentada.

3.3.4. Será adotada a sistemática da conta vinculada considerando o volume da contratação, a complexidade do gerenciamento dessa mão de obra em pouco espaço de tempo e o histórico dessa contratação em eleições anteriores.

3.3.5. As sanções aplicadas pela fiscalização em caso de descumprimento contratual e as e demais ações da fiscalização quanto ao rigor no pagamento são complementos da proteção aos direitos das pessoas contratadas, visando o cumprimento de obrigações trabalhistas no contexto histórico deste contrato.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (descrição/especificação do Objeto)

Fundamentação: descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso IV da IN 58/2022).

4.1. A solução consiste na contratação de serviços de apoio administrativo e operacional à realização das Eleições 2026, mediante regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com alocação de postos de coordenadores e técnicos de eleição, para atuar nas Zonas Eleitorais do Estado do Pará, abrangendo os polos de Belém, Santarém e Marabá, visando o suporte técnico-logístico às Eleições de 2026.

4.1.1. A contratada inicia a execução com a mobilização imediata dos postos de trabalho, alocando os coordenadores em até 5 dias e os técnicos em até 15 dias corridos após a emissão de Ordem de Serviço (OS) pelo TRE-PA, preferencialmente com contratação local nos municípios sede das Zonas Eleitorais, garantindo

conformidade com requisitos mínimos como idade acima de 18 anos, ensino médio completo e ausência de vedações legais, como vínculos partidários e parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento e de membros e juízes vinculados à Justiça Eleitoral.

4.1.2. Para garantir a execução das atividades descritas com a qualidade técnica necessária e a segurança institucional exigida, a solução demanda o emprego de profissionais com perfil qualificado e devidamente identificados, conforme detalhado a seguir:

a) Perfil Profissional (Técnico de Eleição):

- Escolaridade: Nível médio completo.
- Competências Comportamentais: Capacidade de atendimento ao público, proatividade na resolução de problemas básicos e estrita observância às normas de conduta e sigilo da Justiça Eleitoral.
- CBO de Referência: Utiliza-se como parâmetro a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) compatível com atividades de apoio administrativo (ex: 4121 ou similar), conforme definido na planilha de custos.

b) Perfil Profissional (Coordenador):

- Escolaridade: Nível superior completo.
- Competências Comportamentais: Capacidade de atendimento ao público, proatividade na resolução de problemas básicos e estrita observância às normas de conduta e sigilo da Justiça Eleitoral.
- CBO de Referência: Utiliza-se como parâmetro a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) compatível com atividades de apoio a recursos humanos (ex: 2524 ou similar), conforme definido na planilha de custos.

4.2. Os Técnicos deverão receber obrigatoriamente como insumos desta contratação o crachá de identificação e uma chave Philips 3x16"x3 no primeiro dia de treinamento, quando aplicável, ou em até 10 dias da sua alocação na Zona Eleitoral, sob pena de multa, e atuarão em jornada de 44 horas semanais (8 horas diárias de segunda a sexta, mais 4 horas aos sábados), com controle via folhas de ponto manuais assinadas pelo fiscal local ou por ponto eletrônico que deve seguir padrões mínimos de segurança para coibir o uso indevido.

4.2.1. Os coordenadores, lotados nos municípios de Belém, Santarém e Marabá, auxiliam na organização do treinamento presencial, na seleção e recrutamento de candidatos às vagas, na aquisição e distribuição de insumos aos técnicos, em orientações gerais aos colaboradores contratados e, especialmente, atuando como intermediários entre os técnicos e a fiscalização. Além disso, eles atuam no suporte a movimentações para municípios, na coleta e envio de de folhas de ponto etc. Estes coordenadores podem usar espaço físico no TRE-PA ou nas zonas de Santarém e Marabá para melhor gestão, e não se confundem com o preposto da empresa.

4.3. Os técnicos de Eleição, lotados em todas as Zonas Eleitorais do Estado, prestam suporte administrativo e operacional às zonas durante todo o processo eleitoral, tais como: realização de diligências, participação em simulados, oficialização de sistemas, vistorias utilizando o Sistema GEL, substituição de urnas defeituosas, preparação de urnas (carga, autoteste, lacre, ajuste de data/hora), suporte às seções eleitorais, tanto na sede da zona quanto em seus municípios termos, se houver, transmissão de dados em locais de difícil acesso, apoio as juntas apuradoras com procedimentos de RED e SA e demais demandas determinadas pelos Juízes Eleitorais, desde que não conflitem com suas atribuições. Todas as alocações de postos, horas extras (após as 44h semanais, vedadas em feriados, salvo autorização), vale alimentação/transporte adicionais e deslocamentos com pagamento de diárias dependem de OS emitida pela fiscalização, com pagamento via nota fiscal acompanhada de relatórios e comprovantes.

4.4. No início do mês de **setembro de 2026**, a contratada organizará treinamentos presenciais nos polos de Belém, Santarém e Marabá, deslocando participantes de zonas selecionadas para esses municípios. Nesse evento, a empresa tem responsabilidades diversas, cobrindo: a seleção e contratação de local adequado para a realização do evento, o transporte intermunicipal dos técnicos de suas zonas até os polos, traslados via taxi ou aplicativo até o local do evento, hospedagem destes técnicos com **leito completo (café, almoço e jantar)**, preferencialmente em quartos triplos separados por sexo; além disso a empresa é responsável por locar

juntamente ao local que sediará o evento, salas adequadas para o ambiente de aprendizado, com notebooks, projetores, sistema de som, mesas e tomadas para até 6 urnas eletrônicas, bebedouros e área externa para prática de transmissão via satélite, além de staff próprio para recepção dos técnicos (mínimo 2-3 profissionais).

4.4.1. O TRE-PA fornecerá instrutores, conteúdo teórico-prático, urnas e equipamentos; a presença dos técnicos deverá ser comprovada por fichas assinadas. Os locais de treinamento devem estar próximos às sedes (até 8km da sede do TRE-PA em Belém, 6 km dos fóruns eleitorais de Santarém e Marabá), com check-in na véspera e checkout pós-evento.

4.4.2. O pagamento deste evento será realizado de forma completa à Contratada somente após a remessa das listas de presença de todos os técnicos, ao término do evento, e quando houver confirmação, por parte dos hotéis que hospedam os treinamentos, de que não há mais pendências financeiras com a contratada.

4.5. Durante o ciclo eleitoral, ocorrem deslocamentos temporários para municípios termos ou localidades de difícil acesso, autorizados **pela gestão do contrato no TRE**, para vistorias, treinamentos e para atuação na véspera/dia da eleição, com transporte proporcionado pela Justiça Eleitoral ou pela contratada, priorizando veículos contratados pelo Tribunal sempre que possível. Diárias permanentes cobrem alguns técnicos de forma excepcional, que são contratados fora do município.

4.6. Durante o processo eleitoral, os técnicos poderão ser autorizados **pela gestão do contrato no TRE**, em casos devidamente justificados, a realizar horas extras, sejam em dias úteis (50%) ou não úteis (100%), notadamente na véspera e no dia da eleição.

4.7 Manifestação de atendimento ao princípio da padronização (Art. 40, V, “a” c/c art. 47, I, da Lei n. 14.133/21)

4.7.1. Em cumprimento ao Art. 47, I, da Lei nº 14.133/2021, a contratação observa o princípio da padronização, buscando a compatibilidade técnica, a uniformidade de procedimentos e a eficiência na gestão contratual.

4.7.2. Foi realizada consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização (Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP), conforme preconiza o Art. 19, II da Lei nº 14.133/2021.

4.7.2.1. Constatou-se que o serviço objeto desta contratação não se encontra padronizado no referido Catálogo até a presente data.

4.7.3. No entanto, para assegurar a uniformidade e a eficiência administrativa, implementaremos as seguintes medidas de padronização técnica e processual:

- **Especificações Técnicas Padronizadas:** Serão desenvolvidas especificações detalhadas descrevendo os requisitos dos postos de trabalho e o modelo de execução, baseadas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e nas lições aprendidas de pleitos eleitorais anteriores.
- **Uso de Termo de Referência (TR) Padronizado:** Utilizou-se o modelo de TR do TRE/PA para serviços com dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO), garantindo uniformidade na definição da solução, gestão contratual e critérios de seleção.
- **Planilha de Custos Balizada:** A planilha de formação de preços adotará como paradigma a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) vigente no Pará, assegurando a precisão do orçamento e a observância dos pisos salariais da categoria.
- **Contratos e Listas de Verificação Modelo:** Utilizaremos as minutas de contrato e as listas de verificação (Checklists) padronizadas, em conformidade com o **art. 53, § 4º, da Lei nº 14.133/2021**, conferindo segurança jurídica e celeridade à análise técnica e jurídica.
- **Consulta a Guias Especializados:** O planejamento observou as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (GNCS) da AGU e os manuais de boas práticas do TCU e da AGU.

4.7.4. Com essas medidas, a Administração garante que a contratação, embora de objeto específico, siga padrões elevados de governança, economicidade e conformidade normativa.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS (obrigatório)

Fundamentação: estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a

possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso V da IN 58/2022).

5.1. A estimativa quantitativa para esta contratação totaliza **884 postos de trabalho temporários**, dimensionados para assegurar o suporte técnico e operacional às **101 Zonas Eleitorais** do Estado do Pará durante o ciclo das Eleições 2026. Este contingente é composto por 05 Coordenadores e 879 Técnicos de Eleição, distribuídos conforme a necessidade logística e o volume de seções eleitorais (aprox. 21.600), de acordo com o quadro resumo abaixo:

Categoria Profissional	Quantidade (Postos)	Período de Atuação (Estimado)	Finalidade
Coordenador	05	Junho a Novembro/2026	Gestão das equipes, suporte administrativo e interlocução técnica com o Tribunal.
Técnico de Eleição	879	Julho a Outubro/2026	Suporte direto às urnas eletrônicas, apoio às Zonas e suporte no dia do pleito.
TOTAL	884		

5.2. A definição do quantitativo de **879 técnicos** baseia-se na metodologia de escalonamento por "Turmas", estratégia adotada para otimizar a aplicação do recurso público. A mobilização ocorre de forma gradual:

- **Turma 01 (209 técnicos):** Entrada antecipada em julho para suporte às atividades iniciais de logística, organização de depósitos e nivelamento técnico.
- **Turma 02 (670 técnicos):** Entrada em setembro, compondo o reforço necessário para a fase crítica de carga e lacre das urnas, treinamento de mesários e suporte total às seções no 1º e 2º turnos.

5.3. O dimensionamento levou em conta a complexidade geográfica do Estado, garantindo que a proporção de urnas por técnico permita o cumprimento rigoroso dos cronogramas de preparação e a rápida resposta em caso de contingências no dia da votação, especialmente em localidades de difícil acesso.

5.4. Abaixo segue o detalhamento do perfil dos postos e período de execução:

5.4.1 - **Subitens 1.1 e 1.2 do objeto (coordenadores do contrato):**

- **05 (cinco) coordenadores;**
- Os cinco Coordenadores são alocados em momentos diferentes, sendo **dois coordenadores**, que ficam lotados em Belém, para gerenciamento inicial dos técnicos que iniciam o contrato antecipadamente, em julho/2026, em todo o Estado. Para estes, o período de contratação é o seguinte:
 - 1º Turno - 15/06/2026 a 31/10/2026;
 - 2º Turno - 01/11/2026 a 27/11/2026 (se houver).
- Posteriormente, mais **três coordenadores** são lotados nos polos de Belém, Marabá e Santarém, para auxílio no gerenciamento regional, inclusive no treinamento presencial dos técnicos selecionados para transmissão de dados. Para estes, o período de contratação é o seguinte:
 - 1º Turno - 03/08/2026 a 31/10/2026;
 - 2º Turno - 01/11/2026 a 27/11/2026 (se houver).

5.4.2. **Subitem 1.3 do objeto (técnicos com início antecipado):**

- **209 técnicos.** (2 técnicos por zona eleitoral, 1 técnico por posto de atendimento.
- Seguem os períodos de contratação destes técnicos:
 - 1º Turno - 13/07/2026 a 09/10/2026;
 - 2º Turno - 10/10/2026 a 30/10/2026 (se houver).

5.4.3. **Subitem 1.4 do objeto (técnicos com início posterior):**

- **670 técnicos.** a definição dos quantitativos desses técnicos é feita com base em duas fontes:
 - A primeira que é fixa, oriunda da memória de cálculo do processo 0009607-26.2025.6.14.8000 - para este planejamento inicial, os **técnicos fixos são 415** conforme se verifica na tabela do item 5.5, abaixo.
 - outra parte que é variável, e estimada com base no deferimento dos pontos de transmissão em processo posterior - os técnicos em número **variável foram estimados em 255(*)** - com base em histórico de eleições anteriores; entretanto, esse número pode mudar durante o período eleitoral, o que poderá ser ajustado mediante supressão / acréscimo contratual.
- Seguem os períodos de contratação dos técnicos deste subitem:
 - 1º Turno - 01/09/2026 a 09/10/2026;
 - 2º Turno - 10/10/2026 a 30/10/2026.

5.4.3.1. Técnicos do subitem 1.4 que recebem treinamento presencial nos polos de Belém, Santarém e Marabá:

- Parte dos "técnicos variáveis" do subitem 1.4 receberão treinamento presencial, organizado e custeado pela contratada, e ministrado pelos servidores do TRE.
- **Aproximadamente 170 técnicos(*)**
- Treinamento em Belém: 02 e 03/09/2026
- Treinamento em Santarém: 07 e 08/09/2026
- Treinamento em Marabá: 07 e 08/09/2026

(*) O quantitativo final dependerá do fechamento do sistema pontos, o que deve ocorrer no final de julho de 2026.

Técnicos de Eleição		
Técnicos Antecipados	Técnicos Posteriores	
209	Fixos	Variáveis
	415	255 (desses, 170 são treinados nos polos BEL, STM, MAB)
TOTAL: 879 técnicos contratados		

5.5. Tabela com a estimativa de técnicos por zona

TIPO	ZONA	MUNICÍPIO	LOCAIS	SEÇÕES	MUNIC. TERMOS	Técnicos Antecipados	Técnicos Fixos	Técnicos Variáveis
ZONA	1	BELÉM	31	281	0	2	5	
ZONA	2	CACHOEIRA DO ARARI	40	93	1	2	2	
ZONA	3	SOURE	50	145	1	2	3	
POSTO	4	SANTA MARIA DO PARÁ	22	70	0	1	2	
ZONA	4	CASTANHAL	55	241	1	2	5	
POSTO	5	SÃO FRANCISCO DO PARÁ	20	59	0	1	2	
ZONA	5	IGARAPÉ-AÇU	47	141	1	2	3	
ZONA	6	IGARAPÉ-MIRI	41	168	0	2	2	
ZONA	7	ABAETETUBA	125	404	0	2	7	

ZONA	8	VIGIA	118	270	2	2	6
ZONA	9	CURUÇÁ	57	146	1	2	3
ZONA	10	MUANÁ	24	97	0	2	2
POSTO	11	IRITUIA	60	110	0	1	2
ZONA	11	SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	60	155	0	2	2
ZONA	12	CAMETÁ	133	356	0	2	6
ZONA	13	BRAGANÇA	166	456	1	2	9
ZONA	14	WISEU	106	237	1	2	4
ZONA	15	BREVES	64	286	1	2	5
ZONA	16	AFUÁ	35	101	0	2	2
ZONA	17	CHAVES	32	69	0	2	2
ZONA	18	ALTAMIRA	89	439	2	2	9
ZONA	19	MONTE ALEGRE	128	239	0	2	3
ZONA	20	SANTARÉM	143	358	1	2	7
ZONA	21	ALENQUER	125	288	1	2	5
ZONA	22	ÓBIDOS	119	193	0	2	3
ZONA	23	MARABÁ	76	417	1	2	8
ZONA	24	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	64	240	2	2	5
POSTO	25	PEIXE-BOI	17	36	0	1	2
ZONA	25	CAPANEMA	59	205	0	2	3
ZONA	26	GURUPÁ	46	89	0	2	2
ZONA	27	PONTA DE PEDRAS	26	72	0	2	2
ZONA	28	BELÉM	24	267	0	2	7
ZONA	29	BELÉM	32	278	0	2	6
ZONA	30	BELÉM	65	348	0	2	9
ZONA	31	MARACANÃ	74	120	0	2	2
ZONA	32	MARAPANIM	60	138	1	2	2
POSTO	33	PRIMAVERA	23	79	1	1	2
ZONA	33	NOVA TIMBOTEUA	31	72	1	2	2
ZONA	34	ITAITUBA	152	474	2	2	9
POSTO	35	MOCAJUBA	29	98	0	1	2
ZONA	35	BAIÃO	53	107	0	2	2
ZONA	36	SANTA IZABEL DO PARÁ	94	313	2	2	7
ZONA	37	MOJU	80	208	0	2	3
ZONA	38	ORIXIMINÁ	105	221	0	2	3
ZONA	39	TOMÉ-AÇU	47	189	0	2	2
ZONA	40	TUCURUÍ	32	242	0	2	4
ZONA	41	OURÉM	73	189	2	2	4

ZONA	42	PARAGOMINAS	41	241	0	2	4	Depender do deferimento das solicitações de pontos de transmissão de difícil acesso pela SELOG. Estima-se um total de 255 técnicos distribuídos em diversas zonas do Estado.
ZONA	43	ANANINDEUA	51	348	0	2	6	
ZONA	44	PORTEL	59	151	0	2	2	
ZONA	45	OEIRAS DO PARÁ	32	91	0	2	2	
ZONA	46	SANTANA DO ARAGUAIA	12	83	0	2	2	
ZONA	48	SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	21	79	0	2	2	
ZONA	49	MÃE DO RIO	81	264	2	2	6	
POSTO	50	SÃO DOMINGOS DO CAPIM	56	110	0	1	2	
ZONA	50	CASTANHAL	37	252	0	2	4	
ZONA	51	RONDON DO PARÁ	23	128	1	2	2	
ZONA	52	AUGUSTO CORRÊA	63	147	0	2	2	
ZONA	53	SÃO FÉLIX DO XINGU	39	155	0	2	2	
ZONA	54	SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	10	48	0	2	2	
ZONA	55	ALMEIRIM	45	114	0	2	2	
ZONA	56	ITUPIRANGA	34	136	0	2	2	
ZONA	57	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	44	169	3	2	5	
ZONA	58	CURIONÓPOLIS	32	173	1	2	3	
ZONA	59	REDENÇÃO	55	272	2	2	6	
ZONA	60	RIO MARIA	15	81	1	2	2	
ZONA	61	XINGUARA	33	174	2	2	4	
ZONA	62	SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	41	108	1	2	2	
ZONA	64	SALINÓPOLIS	51	202	1	2	4	
ZONA	65	BARCARENA	76	320	0	2	5	
ZONA	68	RURÓPOLIS	57	155	1	2	3	
ZONA	69	JACUNDÁ	32	143	0	2	2	
ZONA	70	CAPITÃO POÇO	52	166	0	2	2	
ZONA	72	ANANINDEUA	39	342	0	2	6	
ZONA	73	BELÉM	49	336	0	2	8	
ZONA	74	TUCUMÃ	27	183	1	2	3	
ZONA	75	PARAUAPEBAS	43	422	1	2	8	
ZONA	76	BELÉM	31	308	0	2	6	
ZONA	78	MARITUBA	70	425	1	2	8	
ZONA	79	URUARÁ	24	105	0	2	2	
ZONA	80	PACAJÁ	43	179	1	2	3	

ZONA	81	GARRAFÃO DO NORTE	39	133	1	2	2	
ZONA	82	PORTO DE MOZ	35	82	0	2	2	
ZONA	83	SANTARÉM	123	351	0	2	6	
ZONA	84	DOM ELISEU	34	208	1	2	4	
ZONA	85	MEDICILÂNDIA	26	75	0	2	2	
ZONA	86	CURRALINHO	24	87	0	2	2	
ZONA	87	CONCÓRDIA DO PARÁ	61	176	1	2	3	
ZONA	88	LIMOEIRO DO AJURU	29	85	0	2	2	
ZONA	89	TERRA SANTA	36	88	1	2	2	
ZONA	90	ANAJÁS	36	87	0	2	2	
ZONA	91	NOVO PROGRESSO	23	93	0	2	2	
ZONA	92	PRAINHA	68	125	0	2	2	
ZONA	93	TAILÂNDIA	28	198	0	2	3	
ZONA	94	ACARÁ	72	183	0	2	2	
ZONA	95	BELÉM	33	307	0	2	7	
ZONA	96	BELÉM	36	282	0	2	6	
ZONA	97	BELÉM	50	332	0	2	9	
ZONA	98	BELÉM	40	296	0	2	7	
ZONA	99	MELGAÇO	17	65	0	2	2	
ZONA	100	MARABÁ	58	319	1	2	6	
ZONA	101	NOVO REPARTIMENTO	60	169	0	2	2	
ZONA	102	JACAREACANGA	27	60	0	2	2	
ZONA	103	BREU BRANCO	52	225	1	2	4	
ZONA	104	SANTARÉM	145	345	1	2	8	
ZONA	105	JURUTI	58	135	0	2	2	
ZONA	106	PARAUAPEBAS	33	353	0	2	6	
ZONA	107	ANANINDEUA	40	329	0	2	5	
Subtotais						209	415	255
Total Geral						879		

5.6 Diárias e horas extras

5.6.1. Parcelas significantes do contrato em **volume de serviços** e em **peso financeiro** à contratada são ainda:

a) a movimentação de pessoal para municípios termo ou para localidades de difícil acesso para realizar diligências diversas para as zonas eleitorais, assim como atuar no suporte à eleição, 1º e 2º turnos.

b) o pagamento de horas extras, notadamente na véspera e no dia da eleição.

5.6.2. Do histórico de uso de diárias e de horas extras **no ano de 2024** (eleição municipal **com um só turno**), detalhado abaixo, **verifica-se que a carga administrativa e financeira para a contratada é relevante**, o que evidencia mais ainda a complexidade do contrato, vejamos:

Contrato	Técnicos	Quant. Técnicos	Valor Executado em Diárias	Quantidade de diárias	Valor Executado em hora extra	Quant. HE (média 50%-100%)
97/2024	TUS	814	R\$ 298.013,38	1090,55	R\$ 673.815,68	37.601,32
103/2024	TSAT BEL	160	R\$ 246.267,81	809,88	R\$ 95.190,64	4.024,97
103/2024	TSAT STM/MAB	137	R\$ 225.886,03	859,08	R\$ 80.688,82	3.957,27
TOTAL		1111	R\$ 770.167,22	2.759,51	R\$ 849.695,10	--

5.6.3. Para os coordenadores, a partir desta eleição, será prevista a possibilidade de seu deslocamento para os polos de treinamento, exclusivamente no período dos nivelamentos presenciais, **não sendo prevista a movimentação em nenhum outro momento no contrato.**

5.6.3.1. Justifica-se a necessidade do deslocamento para apoio da equipe do TRE-PA que vai aos polos ser essencialmente técnica, para ministrar os treinamentos, e questões diversas envolvidas durante os eventos são necessárias aos colaboradores, tais como como: orientações acerca de documentação contratual pendente, questões envolvendo reembolso por eventuais custos de passagens, orientações acerca de deslocamento interno dos técnicos no polo etc., verificação de conformidade de alunos por turma e recebimento dos insumos do treinamento e outras atividades diversas e alheias à equipe técnica da STI.

5.6.3.2. Considerando-se o escopo restrito das viagens dos coordenadores, será previsto o total máximo de 3,5 diárias por coordenador (total: 17,5 diárias para todo o contrato) e cinco passagens, uma para cada posto.

5.6.3.3. Os deslocamentos de coordenadores, assim como o dos técnicos, é uma despesa variável do contrato, e pode ou não acontecer, a depender das situações futuras que se apresentarem no momento da execução contratual. Ressalte-se que esta situação se aplica em especial nos treinamentos em Santarém e Marabá, que possuem apenas 01 coordenador cada.

5.6.4. Considerando a estimativa de valores para a contratação, conforme o tópico 6, as parcelas variáveis são ainda mais relevantes:

- **Horas Extraordinárias e Adicionais:** Devido à natureza da atividade eleitoral, que exige picos de produtividade em finais de semana, feriados e no dia do pleito, a parcela de horas extras (50% e 100%) e o adicional noturno representam um montante expressivo. A estimativa total para esses encargos supera **R\$ 1.600.000,00**, exigindo da contratada rigoroso controle de ponto e capacidade de desembolso imediato para o pagamento desses reflexos.
- **Logística de Diárias e Passagens:** O deslocamento dos técnicos para as Zonas Eleitorais de difícil acesso e a participação em treinamentos presenciais (nivelamentos) geram um custo logístico estimado em mais de **R\$ 2.100.000,00**. Esta parcela é crítica, pois envolve o adiantamento de valores para garantir a subsistência e mobilidade dos colaboradores em campo, muitas vezes em locais com baixa infraestrutura bancária.
- **Nivelamento Técnico (Treinamento):** A etapa de capacitação dos técnicos (Polos de Belém, Marabá e Santarém) não envolve apenas o ensino, mas a gestão logística de hospedagem, alimentação e transporte para centenas de colaboradores simultaneamente. O impacto financeiro dessa ação é concentrado em curto espaço de tempo, demandando alta eficiência administrativa da empresa.
- **Insumos e Materiais:** O fornecimento de ferramentas (como chaves Philips para abertura de urnas) e crachás de identificação para todos os técnicos distribuídos pelo estado, embora com valor unitário baixo, possui peso logístico relevante pela capilaridade da entrega em todas as 101 Zonas Eleitorais.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso VI da IN 58/2022).

6.1. O custo da presente contratação está estimado em **R\$15.496.069,16** (quinze milhões, quatrocentos e noventa e seis mil e sessenta e nove reais e dezesseis centavos), detalhado na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviços de apoio técnico-administrativo às Zonas Eleitorais (técnicos de eleição/ coordenadores)	5380	Posto	884	R\$ 17.529,49	R\$ 15.496.069,16

6.2. Para definir o valor estimado da contratação, elaboramos Planilha de Custos e Formação de Preços, que considerou todos os custos decorrentes da mão de obra e de insumos, as exigências mínimas do serviço, as normas trabalhistas e tributárias e a Convenção Coletiva SEAC-SINELPA 2026-2027, com o objetivo de fixar um valor máximo adequado e evitar sobrepreço nas propostas.

6.3. Para definição dos custos dos insumos, foi realizada pesquisa de preços, seguindo as diretrizes da IN nº 65/2021.

6.4. Para definição dos custos do nivelamento presencial utilizou-se a pesquisa de preços realizada pela SACC em fevereiro de 2026 no processo 0001130-77.2026.6.14.8000, apenso a estes autos eletrônicos, e já realizada com base na previsão de treinamento de 170 técnicos por polo para as Eleições 2026.

6.4.1. Para verificação do custo de deslocamento de técnicos nestes eventos, foi utilizada a pesquisa realizada na SELOG nos custos de deslocamento rodoviário e fluvial dentro do Estado.

6.4.2. Sugere-se a leitura das observações constantes na planilha de formação de preços, aba “1.3 Nivelamento” onde se detalha toda a memória de cálculo.

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VII da IN 58/2022).

7.1. As contratações anteriores de técnicos de eleição, realizadas de forma fragmentada (contratos separados para técnicos de urna e de satélite, com múltiplos itens), registraram recorrentes pagamentos diretos pela Administração em razão da incapacidade de empresas de menor porte em honrar, tempestivamente, salários, diárias, vales e demais encargos, especialmente em períodos coincidentes com o calendário eleitoral.

7.2. Essa fragmentação favorece fornecedores com baixa capacidade financeira e gerencial, aumentando o risco de atrasos, ameaças de paralisação e responsabilização subsidiária do TRE-PA, além de elevar a carga administrativa sobre a Diretoria-Geral, unidades de fiscalização e de orçamento, justamente em momento em que o foco deveria estar concentrado na condução do pleito. Ademais, após o período eleitoral, permanecem as obrigações de acompanhamento de ações trabalhistas individuais, **com o risco de responsabilização subsidiária.**

7.3. A jurisprudência do TCU, em especial o Acórdão 2343/2016-Plenário e o item 4.1.8 das “Orientações e Jurisprudência do TCU”, admite a não adoção do parcelamento quando demonstrada, de forma motivada, a perda de economia de escala, o aumento desproporcional da complexidade administrativa ou o risco de

"Existem situações em que o parcelamento pode ser inviável ou desvantajoso. Por exemplo, quando há perda de economia de escala e a divisão em mais de um certame resulta em aumento dos custos globais da contratação. Outra situação é quando os benefícios do parcelamento não compensam o aumento do custo e das dificuldades administrativas da gestão contratual. Além disso, o parcelamento pode descaracterizar ou prejudicar o objeto da contratação, ou ser necessário contratar um fornecedor único para padronização. Especificamente para serviços, o parcelamento pode levar à perda da responsabilidade técnica devido à pluralidade de prestadores"

7.4. No caso concreto, a reunião da demanda em item único, com adjudicação pelo menor preço global, permite: (a) economia de escala; (b) exigência de qualificação econômico-financeira compatível com a dimensão do contrato, reduzindo o risco de inadimplência; e (c) gestão integrada de até 884 postos de trabalho (879 técnicos e 5 coordenadores) distribuídos em 101 zonas eleitorais, com intensa movimentação logística, pagamento de diárias, horas extras e realização de treinamentos presenciais simultâneos em três polos

- **administrativamente**, a alocação e o **gerenciamento de postos em 101 zonas eleitorais** (em torno de 80 diferentes municípios do Estado do Pará - que é notoriamente reconhecido por suas dificuldades de infraestrutura e áreas de difícil acesso);
- **administrativamente / carga logística**, para realização de três treinamentos presenciais, **quase que simultaneamente, em três municípios de diferentes regiões do Estado**, envolvendo a seleção e contratação de local adequado para a realização do evento, assim como o custeio de passagens intermunicipais (fluviais e rodoviárias), hospedagem, alimentação e movimentação prévia desses 170 técnicos tanto na ida quanto na volta do treinamento;
- **Administrativa e financeiramente**, a movimentação constante de técnicos **recebendo diárias de forma antecipada** para realização de diligências diversas para as zonas, inclusive na véspera e antevéspera da eleição;
- **Financeiramente**, a folha de pagamento de grande volume financeiro. Por exemplo, para os meses de outubro e novembro, caso haja segundo turno, estima-se que a folha **somente deste contrato** será em torno de de 2,5 milhões de reais por mês. **E o faturamento pelos serviços prestados ocorre posteriormente ao pagamento da folha, via de regra.**
- **Financeiramente**, além da folha de pagamento normal, a empresa **deve ter suporte para realizar o pagamento de diárias e horas extras aos técnicos**. O pagamento das diárias é prévio à viagem - mas na maioria dos casos acaba coincidindo com o pagamento da folha, também, assim como o de horas extras.
 - Na eleição de 2024 (uma eleição municipal de um só turno) o total pago aos técnicos em diárias foi da ordem de R\$ 600.000,00 Ou seja, este valor não está incluso na folha, e ainda assim a empresa deve ter suporte livre em caixa para honrá-lo, visto que as ordens de serviço de diárias podem ser emitidas em qualquer dia, e esta eleição poderá ter dois turnos o que, a priori, dobraria o valor faturado em 2024.
 - **Observação/Alerta:** A carga maior de diárias ocorre, de fato, a partir da antevéspera da eleição, período que também acaba coincidindo com o pagamento da folha (até o 5º dia útil do mês).
 - Na eleição de 2024 (eleição municipal de **um só turno**) o valor **pago aos técnicos** em horas extras ficou por volta de R\$ 690.000,00 Aplicam-se igualmente as mesmas observações anteriores sobre o volume e o total de diárias quando se projeta a execução para uma eleição geral em 2026 de, potencialmente, dois turnos.

7.5. Embora se reconheça que eventual falha da contratada em item único teria impacto em todo o Estado, esse risco é mitigado pela fixação de requisitos rigorosos de qualificação técnico-operacional e econômico-financeira, notadamente a exigência de experiência prévia em, no mínimo, 442 postos com dedicação exclusiva de mão de obra, por período mínimo de 1 (um) ano

7.5.1 Daí a necessidade de **aplicar rigorosamente na licitação** tanto as **qualificações econômico-financeiras** quanto as **qualificações técnicas** que demonstrem que a contratada **já possui expertise**

verificada em longos períodos de atuação contratual, para suportar volume expressivo de postos de trabalho (para esta contratação, o mínimo de 442 postos concomitantes - 50% do total a ser contratado), o que **a equipe de planejamento recomenda, desde já, que seja o período mínimo de 01 (um) ano.**

7.6. Conclui-se, assim, com fundamento no art. 18, §1º, VIII, da Lei n. 14.133/2021 e no art. 9º, VII, da IN SEGES n. 58/2022, pela não adoção do parcelamento do objeto, em razão da interdependência técnica, econômica e operacional e da necessidade de preservar a segurança e a continuidade das atividades essenciais às eleições de 2026.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Fundamentação: contratações correlatas e/ou interdependentes (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VIII da IN 58/2022).

8. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

9. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (obrigatório)

Fundamentação: demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com os instrumentos de planejamento do órgão ou entidade; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso IX da IN 58/2022).

9.1. Alinhamento com o Planejamento Estratégico

- PEJEPa – 2021/2026 – Processo Interno de Gestão e Segurança do Processo Eleitoral;
- A contratação também se alinha com a missão e visão do TRE-PA, quais sejam, "*Garantir a transparência e a legitimidade do processo eleitoral visando ao fortalecimento da democracia*" e "*Ser reconhecido como órgão de excelência, pautado pela inovação e qualidade, na gestão do processo eleitoral, na prestação jurisdicional e na acessibilidade dos serviços*", respectivamente;

9.2. Previsão no Plano Anual de Contratações (PCA)

(X) SIM () NÃO

- Processo SEI 0001463-63.2025.6.14.8000
- Portaria 24352/2025 (2851386)
- Anexo V - Plano de TI para as Eleições 2026 (2835065)
- Item 8 (Contratação de técnicos de eleição para as Zonas Eleitorais).

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso X da IN 58/2022).

10.1. O demonstrativo dos resultados pretendidos observa os princípios da economicidade e sustentabilidade, por meio da contratação planejada, com ajuste entre quantitativos e prazos, evitando desperdícios e respeitando o orçamento público, e pode ser desdobrado em algumas áreas:

a) Gestão de pessoas:

- Os servidores das Zonas Eleitorais do TRE-PA concentram-se nas atividades essenciais e em tarefas que exigem maior especialização, tais como convocação de mesários, fiscalização, divulgação, acompanhamento processual e gerenciamento de equipes. Dessa forma, são desonerados das atividades operacionais de suporte e das funções repetitivas, as quais são realizadas por técnicos terceirizados.
- Garante-se a continuidade e a operacionalidade ininterrupta dos serviços de apoio técnico, por meio da alocação apropriada de profissionais qualificados ao longo de todo o período eleitoral, desde o fechamento do cadastro eleitoral, abrangendo os preparativos, a execução e os eventuais desdobramentos

do segundo turno.

b) Recursos Materiais:

- Otimização do processo de suporte e preparação de urnas , transmissão de dados e atuação da junta apuradora.
- Manutenção da qualidade e tempestividade na execução das atividades técnicas inerentes às urnas eletrônicas, vistorias, testes, carregamento de software, e suporte nas Centrais de Apoio Técnico, minimizando riscos operacionais que possam impactar o pleito.
- Garantia da continuidade e integridade do processo eleitoral, proporcionando suporte técnico adequado que permita a plena realização das eleições no prazo legal, assegurando a credibilidade e lisura do pleito.

c) Aspectos Financeiros:

- Preço global em item único vinculado a etapas cronometradas prioriza empresas com grande porte, minimizando sanções e pagamentos emergenciais, alinhando ao PEJE-PA 2021-2026.

10.2 Considerações sobre o Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

IMR será adotado? () SIM (X) NÃO

10.2.1 As atividades a serem realizadas pelos técnicos de eleição são definidas por cronogramas e planejamentos estabelecido pela Secretaria de Tecnologia da Informação e pelas zonas eleitorais, sendo realizadas por uma equipe de técnicos em número mínimo já definido para absorver tais demandas, não cabendo que se antecipe ou se dilate estes prazos, o que inviabiliza o cálculo de produtividade.

10.2.2. Além dessas atribuições previamente programadas, os técnicos ficam à disposição para outras atividades, de acordo com a demanda apresentada. Como essas atividades adicionais ocorrem de acordo com necessidades momentâneas, a mensuração de produtividade ficará impraticável nestes casos. Além disso, a medição fica prejudicada pela curta execução contratual.

10.2.3 Ademais, trata-se de um serviço executado por tempo determinado, e de curta duração, o que vai de encontro aos princípios do uso de um IMR, que foca mais em amadurecimento e estabilização contratual. No caso, não há tempo de ocorrer esse aprendizado/amadurecimento em dois meses de contrato

10.2.4. Ante o exposto, verifica-se a impossibilidade de se adotar unidade de medida que permita a mensuração dos resultados, para o pagamento à Contratada, de forma que tanto a contratação quanto a remuneração serão feitas com base na quantidade de postos de trabalho ativos e mantidos em funcionamento.

10.2.5. A correta execução das atividades e dos prazos a estas relacionados, será gerenciada pelas chefias cartorárias nas zonas eleitorais, funcionando como fiscais locais da execução do contrato e reportando imediatamente à fiscalização qualquer inconformidade.

10.2.6. Quaisquer falhas na execução contratual serão controladas por meio das sanções contratuais estipuladas no contrato garantindo assim que eventuais problemas sejam abordados de acordo com os procedimentos estabelecidos, visando a correta execução e o cumprimento das obrigações contratuais.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XI da IN 58/2022).

11.1. Não há necessidade de adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos ou de capacitação de servidores que atuarão na contratação.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Fundamentação: descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XII da IN 58/2022).

12.1. Não foram identificados impactos ambientais significativos resultantes da contratação que exijam a implementação de medidas mitigadoras.

12.2. Os critérios socioambientais foram adequadamente incorporados no item 2.12 deste ETP.

13. ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO

13.1. Forma de seleção do fornecedor e critério de julgamento da licitação

13.1.1. Considerando o enquadramento do objeto como serviço comum, de modo a cumprir as determinações da Lei n.º 14.133, de 2021, e da IN SEGES/ME n.º 73, de 30 de setembro de 2022, o processo licitatório deve ser realizado na modalidade **pregão**, na forma **eletrônica**, do tipo **menor preço**.

13.2. Documentos necessários à aceitabilidade da proposta

13.2.1. Apresentar a Proposta Detalhada no formato de Planilha de Custos conforme modelo disponibilizado pelo TRE-PA.

13.2.2. A licitante deve observar o disposto no Decreto nº 12.174/2024 de 12 de setembro de 2024, em especial ao que determina o art. 5º que institui que a proposta, apenas, será aceita se a soma de salário e vale alimentação for igual ou superior àquela cotada pelo CONTRATANTE em sua Planilha Orçamentária Estimativa.

13.3. Critério de adjudicação da contratação

13.3.1. Para a presente contratação será adotada a adjudicação em **item único**, com julgamento pelo menor preço global.

13.4. Orçamento estimado sigiloso ou aberto.

13.4.1. O orçamento desta contratação não será sigiloso. A equipe optou pela publicidade do orçamento estimado, com base no art. 24 da Lei nº 14.133/2021, por entender que a transparência é essencial neste caso.

13.4.2. O objeto envolve dedicação exclusiva de mão de obra e custos variáveis com alta complexidade logística, como diárias e deslocamentos no Estado do Pará. Por isso, a divulgação dos valores de referência e da memória de cálculo permite que as licitantes apresentem propostas mais adequadas e exequíveis. Essas propostas devem estar alinhadas aos pisos salariais da categoria e às necessidades operacionais do Tribunal.

13.4.3. Essa medida também reduz o risco de desclassificações por inexecutabilidade ou por erros na elaboração da planilha de custos.

13.4.4. O orçamento sigiloso é mais indicado quando há risco do chamado “efeito âncora”. Nesse caso, o valor estimado pode influenciar os lances das licitantes. Na presente contratação, esse risco é baixo, pois o preço é formado principalmente com base nos custos de mão de obra.

14. AVALIAÇÃO QUANTO À NECESSIDADE DE CLASSIFICAÇÃO DO ETP, NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527/2011 (OBRIGATÓRIO)

Fundamentação: Art. 13 da IN SEGES 58/22 e 91, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

() SIM (X) NÃO

14.1. Considerando não se tratar de licitação cujas informações nele constantes sejam sensíveis e imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, não há necessidade de se atribuir qualquer tipo de classificação ao presente documento, nos termos dispostos na Lei nº 12.527/2011.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XIII da IN 58/2022).

Esta equipe de planejamento declara viável e razoável a presente contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Registra o saneamento dos pontos indicados no Parecer ASDG nº 355. Em especial, atestamos o cumprimento das adequações quanto à correta classificação do serviço, à previsão de conta-depósito vinculada, ao reforço da qualificação econômico-financeira (com exigência de Capital Circulante Líquido mínimo), ao mapeamento financeiro das parcelas variáveis e à coerência transversal entre todos os artefatos de planejamento.



Documento assinado eletronicamente por **CLEBER SOUSA FANJAS, Coordenador**, em 18/05/2026, às 15:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARIANA AKEMI OIKAWA, Assistente**, em 19/05/2026, às 08:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3018543** e o código CRC **FC3419CE**.

0008422-50.2025.6.14.8000

3018543v10